

ARTIGO DOSSIÊ

A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO NEGRO NA CIDADE DE BELO HORIZONTE*

THE SAFEGUARD OF THE AFRICAN AMERICAN PATRIMONY IN THE CITY OF BELO HORIZONTE

WANESSA PIRES LOTT**

RESUMO

O trabalho em questão sugere a análise do patrimônio cultural em Belo Horizonte ligado às identidades negras da cidade. Foram delimitados para o estudo de caso desta pesquisa os casos do tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Vale do Jatobá e do Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan. A análise dos casos propostos tem como objetivos: a discussão do tipo do patrimônio oficialmente preservado na cidade e a necessidade da preservação do patrimônio imaterial juntamente com os processos de tombamento.

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio Cultural; cidade de Belo Horizonte; Negro.

ABSTRACT

The present article wants to analyze the cultural patrimony in Belo Horizonte related to the African american identity in the city. It was chosen for this research two cases of state intervention in the valorization of the patrimony: the “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Vale do Jatobá” and the Candomblé temple “Ilê Wopo Olojukan”. The goal in the analysis of the proposed cases is the debate of: the kind of patrimony officially preserved in the city and the need of the preservation and valorization of the immaterial patrimony within the process of the preservation of the material patrimony.

KEY WORDS: Cultural Patrimony; city of Belo Horizonte; African american.

Uma introdução das primeiras décadas da trajetória preservacionista no Brasil

Quando se fala em preservação patrimonial no Brasil muito se remete à ideia de bens da época colonial, principalmente pertencentes à Igreja Católica. Tal fator não causa estranheza, já que a grande parte dos bens imóveis e móveis salvaguardados no início da trajetória do atual Instituto do Patrimônio Históricos e Artístico Nacional (IPHAN)¹ se pautou na valorização do barroco brasileiro.

Essa diretriz preservacionista foi fruto de debates entre intelectuais e artistas a partir da década de 1920². Preocupados com desaparecimento de bens considerados importantes para a nação³ e devido à necessidade governista que as políticas culturais voltavam-se para o reforço de uma identidade nacional oficial, elegeu-se como um símbolo da “origem” da arte brasileira, o barroco. Como exemplo desta perspectiva a cidade de Ouro Preto/Minas Gerais – detentora de fortes feições barrocas – foi reconhecida como Monumento Nacional por meio do Decreto 22.928 em 1933.

Anos mais tarde, Mário de Andrade formulou o anteprojeto de criação do SPHAN, órgão este responsável pela a preservação do patrimônio cultural nacional. No documento o modernista apontou a necessidade de preservação não só do barroco, como também de elementos culturais diversos. No entanto, o projeto de valorização de uma cultural “originária/colonial” para a formação de uma identidade nacional ganhou destaque, levando em conta muito mais os valores estéticos frente aos valores culturais e históricos.⁴ No “Plano de trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento do DPHAN”⁵ em 1949,

Lúcio Costa ressaltou que “não é necessário nem mesmo talvez aconselhável o recurso exclusivo a historiadores de profissão” devido às “pesquisas laterais demoradas e absorventes com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam à repartição”⁶.

Não obstante esta posição inicial do DPHAN, com o fim do Estado Novo (1937 – 1946) iniciou uma ampliação no conceito de patrimônio cultural juntamente com uma certa autonomia dos órgãos preservacionistas. Sem haver um desligamento do Estado nas ações preservacionista, estas ainda eram utilizada como um meio de apoiar diretrizes de governo. Assim sendo, a maioria dos bens inscritos nos livros do tomo⁷ continuavam a privilegiar uma “história oficial”.

A partir da década de 1980, na esteira da abertura política do Brasil, o questionamento da salvaguarda dos bens culturais no Brasil ganhou maior visibilidade. Indagou-se sobre a pertinência da “história oficial” e da não contemplação da “história vista de baixo”, para utilizar o termo de Thompson⁸. Como a grande parte das referências culturais das classes menos privilegiadas do país não eram traduzidas em obras arquitetônicas e sim em festejos, saberes, cantigas, danças, etc., até então estes não tinham seu lugar nas ações preservacionistas.

Mesmo com a concretização da ampliação conceitual do Patrimônio Cultural Brasileiro inserida na Constituição de 1988, que passou-se a entender este como formado pelos

bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira,⁹

não havia uma efetiva forma de preservar tais bens. Desta maneira, cresceu a necessidade de criar um novo instrumento capaz de registrar os testemunhos orais, conhecimentos, criações, celebrações, etc.

Desta foram, com base nas ideias levantadas para a preservação do patrimônio intangível no *Seminário de Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção* realizado em Fortaleza de 10 a 14 de novembro de 1997, instituiu-se o “Registro de bens culturais de natureza imaterial” e o “Inventário de referências culturais – INRC” através do Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. A partir deste decreto, o bem inventariado poderá ser inscrito em um dos quatro livros de Registro, designados como Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares.

Aliada à esta nova dinâmica patrimonial, a cidade de Belo Horizonte promoveu em 1995 o Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares no qual foram reconhecidos como Patrimônio Cultural do Município a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e o Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan. Mesmo sem haver o registro das manifestações das duas comunidades, os tombamentos seguiram a linha de ampliação do conceito de patrimônio. A salvaguarda foi realizada tendo como base o discurso de inserção do negro na construção da identidade oficial da cidade, preconizando com as discussões a respeito da necessidade dos órgãos preservacionistas incorporarem a diversidade cultural brasileira.

A cidade de Belo Horizonte na esteira das mudanças preservacionistas

A cidade de Belo Horizonte foi inaugurada em 1897 para ser a nova capital de Minas Gerais. Planejada para ser um novo centro intelectual, foco irradiador de civilização, ordem e progresso, apresenta atualmente proporções impensáveis pelos membros da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC). Enquanto esperava uma população de 30.000 habitantes na época da inauguração e previa para o século XXI em torno de 200.000, a capital tem hoje com quase três milhões de habitantes.

Apesar da inovação no Brasil de se fazer um planejamento minucioso de ruas, de praças e de prédios públicos, a cidade foi configurada de forma extremamente segregacionista. O traçado do espaço urbano, idealizado pelos membros da Comissão Construtora se subdividia em três espaços: uma área rural para o suprimento coletivo; uma área suburbana no entorno da Av. do Contorno e uma área urbana localizada na área circundada pela Av. do Contorno.¹⁰ Esta última privilegiava as edificações voltadas para o poder civil e moradas da elite mineira, excluindo assim as classes populares.¹¹

A ideia de tal divisão visava o crescimento da cidade de dentro dos limites da Av. do Contorno para fora, fazendo com que o ideal estabelecido no setor urbano se expandisse para o suburbano. Pensou-se em “forçar a população quanto possível ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém a economia municipal”¹². No entanto, “Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, da periferia para o centro,

num processo que se repetiu em inúmeras cidades planejadas no Brasil”¹³.

No entanto, o aparente fracasso do ideal da cidade no que tange a expansão populacional não ofuscou o ideal republicano traduzido nas disposições dos prédios que abrigavam o poder político. Estes ganharam destaque em detrimento das igrejas católicas, que em épocas anteriores ocupavam os lugares mais altos nas cidades coloniais mineiras pelo poder religioso que exerciam. A Praça da Liberdade, sede do governo estadual, estava no ponto mais elevado de Belo Horizonte, demonstrando na representação espacial o controle estatal sobre a população local. Na época havia “a necessidade de distinguir-se da antiga ordem impunha um deslocamento, uma mudança de lugar, de modo a demarcar a emergência de um tempo de alteração social”¹⁴.

A modernidade e planejamento se opuseram às velhas formas de urbanização de Vila Rica, antiga capital mineira e atual Ouro Preto.¹⁵ O projeto de Belo Horizonte distanciou de qualquer experiência urbanística mineira pois o traçado urbano dirigiu para “um novo padrão de sociabilidade, voltado para o espaço público, cosmopolita e urbano”¹⁶.

Os encontros a céu aberto concentravam-se no largo da Matriz da Boa Viagem, na praça da Liberdade e no Parque Municipal enriquecidos com os eventos proporcionados pelas companhias teatrais ambulantes. Não obstante a importância de tais espaços, os clubes e os bares se afirmaram na capital como expressivos locais de encontro. Estes foram criados por afinidades literárias, de jogos ou de carnaval e apresentavam como um forte contribuinte de uma sociabilidade da cidade. Fechados aos populares, a elite mineira se divertia junto aos seus,

enquanto as classes subalternas se mantinham espacialmente e socialmente à margem da área urbana de Belo Horizonte.

Desde a sua inauguração, as construções dos elementos identitários dos populares de Belo Horizonte foram colocadas à margem. Como exemplo, pode-se citar a devoção a Nossa Senhora do Rosário que remota do século XVIII e tradicionalmente está ligada à comunidade escravizada. A capela dedicada à santa “situada mais ou menos na esquina da rua da Bahia com avenida Álvares Cabral”¹⁷ teve que ceder o espaço para outros planos da Comissão Construtora e foi construída na interseção da rua Tamoios com Av. Amazonas. Além disso, as manifestações em homenagem a Nossa Senhora do Rosário não se vinculavam à nova igreja e os festejos deveriam ocorrer fora dos limites da Contorno.¹⁸

Tal visão se mostra refletida até mesmo no século XXI, reafirmando a identidade da elite mineira da época da construção da cidade. Até os dias de hoje, poucos habitantes de Belo Horizonte sabem que a capela situada no cruzamento de Tamoios com Amazonas tem como padroeira Nossa Senhora do Rosário, como nos mostra a pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte para a realização do inventário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá.¹⁹ Para a grande maioria a capela é de Santo Antônio pelo fato da Diocese ceder os direitos desta ao Orfanato de Santo Antônio, mantido pela Associação Pão de Santo Antônio desde 1911. Não obstante a localização da capela de Nossa Senhora do Rosário, situada dentro dos limites da avenida do Contorno, bem como o tombamento de sua fachada e de seu volume pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em

1994, esta não se apresenta como um elemento representativo da comunidade negra na memória e identidade da cidade.

Nesta mesma linha de análise, ao identificar os bens belo horizontinos preservados oficialmente pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), percebe-se a falta de elementos da cultura negra e encontra-se maciçamente referências da elite mineira, como o Automóvel Clube (antigo Clube Central), a Academia Mineira de Letras, e bens ligados ao poder civil como o conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade, dentre outros exemplos.

Neste sentido, a identidade construída pelo discurso oficial da cidade se fez por meio da eleição de bens culturais da elite. Os moradores externos ao anel da Avenida do Contorno não apresentam sua memória traduzida na história oficial da cidade. Entendendo a memória um fenômeno do presente, pois redefinimos as lembranças de ontem com os olhos de hoje, a grande presença dos monumentos tombados nos direciona ao universo da elite do final do XIX início do XX.

É impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos de memória.²⁰

Apenas próximo às comemorações do centenário da cidade que a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte iniciou um projeto de identificação de comunidades negras da cidade. Neste projeto datado de

1995, as comunidades-terreiros e as Irmandades banto-católicas começaram a ganhar espaço na memória oficial de Belo Horizonte.

Movimentos sociais e ampliação dos espaços públicos em Belo Horizonte

Belo Horizonte, apesar de ter uma história relativamente curta, apresenta uma efervescência de movimentos urbanos reivindicatórios principalmente com o desenvolvimento da indústria a partir da década de 1940. No interregno entre 1948 a 1964, o intenso desenvolvimento/crescimento industrial e urbano provocou o aumento das classes populares no cenário político, que foi enfatizado como base de sustentação de um regime democrático. Dessa forma, abriu-se um espaço maior para as reivindicações populares das periferias realizadas fortemente pela Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH).²¹

As manifestações do FTFBH foram acrescidas devido ao processo de declínio das taxas de desenvolvimento econômico da década de 1970. Foram feitos cortes nas verbas destinadas aos investimentos estatais e a política econômica se restringiu ao controle dos problemas de curto prazo e ao esforço de equilibrar o balanço de pagamentos. No entanto, no cenário político

começam a tomar corpo no País várias formas organizativas, como sindicatos e entidades estudantis, passando a se configurar o chamado “processo de abertura”. Ao mesmo tempo, os problemas urbanos resultantes da intensa urbanização provocada pela modernização/capitalização da agricultura e do

descaso a que foram relegados ao longo da década agudizam-se.²²

Tem-se, portanto, um cenário diferente para o desenvolvimento das formas associativas, principalmente por causa das transformações econômicas e sociais. O fluxo migratório provocou um inchaço e um crescimento desordenado de Belo Horizonte e conseqüentemente um aprofundamento das desigualdades sociais das camadas populares, aumentando ainda mais o abismo entre a elite e os subalternos.²³ Na esteira destas mudanças, os atores sociais se mobilizaram pela cidadania e pela luta de transformações sócio-econômicas-espaciais, voltando-se para a lógica do direito à cidade²⁴, que em Belo Horizonte pode ser traduzido como o direito aos “privilégios” dos “de dentro da Av. do Contorno”.

Tais condições levaram à proliferação de reivindicações que emergiram na dependência das características gerais de cada região e das demandas específicas. Diferenciadas também foram as características de cada movimento, o modo de organização, os objetivos, os estratos sócio-econômicos que representavam e a que correntes político-ideológicas estavam ligadas. Da parte do Poder Público houve uma abertura gradual e os movimentos de bairro pouco a pouco adquirem maior liberdade e participação no cenário político-social.

O ano de 1978 marca, da parte do Poder Público, a preocupação com a ampliação de sua proposta de abertura política. Num clima de relativa liberalidade, os movimentos populares, que vinham reorganizando-se e reivindicando sua participação no processo político, encontram maior espaço para se exprimir.²⁵

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte ocorreu, por parte das Administrações Municipais um maior envolvimento com as associações ligadas à periferia. Estas novas representações comunitárias nasceram e cresceram agregadas ao Poder Público, tanto Municipal, através das regionais; quanto Estadual, via Federação das Associações Comunitárias. Houve assim uma tendência das agências estatais de criar canais de intermediação com as clientelas de seus serviços, tendência esta acentuada a partir de 1982 com a vitória do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) na disputa do Governo Estadual, pois além do incentivo à criação de canais de participação, há, em alguns casos, a cooptação de lideranças para assumir cargos de direção em alguns órgãos.

A segunda gestão do PMDB na PBH obtida através das eleições de 1985 foi marcada por uma maior relação clientelista entre Poder Público e população. As relações pessoalizadas foram reforçadas e houve pouquíssima abertura para os grupos reivindicativos. Ao mesmo tempo a Prefeitura se prontificou a resolver os problemas que futuramente se converteriam em votos.

Em 1988 com a vitória do Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB) ocorreu uma retomada do modelo de participação popular, tendo como principal marca a criação de Conselhos Comunitários ligados às Administrações Regionais. Mesmo já criados legalmente, somente a partir da descentralização política preconizada pela Constituição de 1988 que começaram a funcionar efetivamente. Os Conselhos Populares passaram a se desenvolver em Regionais onde já havia uma tradição de participação popular. Nesta época, as ações do

Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte decolou depois de cinco anos (1984-1989) sem grande expressão no cenário belo horizontino. Apesar de não se configurar como um movimento advindo do povo, este Conselho permitiu a participação popular como ouvinte em suas reuniões.

Com a abertura política no Brasil destacaram outros movimentos urbanos em Belo Horizonte. No entanto, neste trabalho chama a atenção o Movimento Negro. Este ganhou força a partir de 1970 e se diferenciou dos demais movimentos populares por ser calcado na história de racismo travada na sociedade brasileira.

O Movimento Negro teve que buscar na história a chave para compreender a realidade da população negra brasileira. Impelido pela necessidade de negar a história convencional (oficial) e contribuir na construção uma nova interpretação da trajetória do povo negro no Brasil. (...) O Movimento Negro é fruto de uma “negatividade histórica”²⁶.

A luta do movimento se manifesta no campo simbólico, devido ao detrimento da memória do povo negro em prol de uma construção de uma memória e identidade brancas no país. “Anular a presença negra na construção da identidade nacional, pode ser como um instrumento poderoso para justificar a subalternização econômica e social da população negra na sociedade brasileira”²⁷. O movimento alicerçou em um constante processo de organização cultural e social (re)construindo e (re) afirmando sua identidade racial e subalterna.²⁸

Na trajetória do movimento negro brasileiro destacou a criação da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo e sua repercussão em vários estados brasileiros, incluindo Minas Gérias. Pelo fato de ser

organizado como um partido político, na década de 1930, a FNB foi dissolvida pelo Estado Novo. No entanto sua experiência possibilitou o reestabelecimento da organização da comunidade negra entre 1937 e 1978 por meio de comitês, centros culturais, associações, dentre outras instituições. Na segunda metade da década de 1970, o movimento negro ganhou novo impulso. No dia 7 de julho de 1978 foi lançado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) em um protesto nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo contra a tortura e morte de dois negros pela polícia paulista e pelo impedimento de quatro atletas negros de integrarem o time de voleibol do Clube de Regatas Tietê. Dentre as ações do MNUCDR, destacaram a instituição do Dia Nacional da Consciência Negra em contraposição ao dia 13 de maio, data comemorativa da história oficial como abolição do negro.

Quando, no contexto de redemocratização da sociedade e de reorganização dos movimentos negros, o poeta Oliveira Silveira do Grupo Palmares do Rio Grande do Sul propôs o 20 de novembro - aniversário da morte de Zumbi - como Dia Nacional da Consciência Negra, o 13 de maio passou a ser crescentemente anatemizado como a celebração de uma falsa abolição e o 20 de novembro tornou-se a data principal do reinvestimento simbólico/histórico da política afrodescendente no Brasil.²⁹

Na década de 1980 o Movimento Negro se configurava não mais como um movimento unificado, mas como uma união de diversos movimentos em prol da comunidade negra que os próprios militantes convencionaram de Movimentos Negros. Na verdade, eles apresentaram de forma interligada ou não em diversas entidades, associações e grupos

culturais que representavam causas diversas. Belo Horizonte abrigou e ainda abriga várias destas instituições, dentre as quais estavam a Centro de Integração Sócio Cultural da Raça Negra (CISCURNE), o Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Federação de Congadeiros de Minas Gerais, a Congregação Mineira de Candomblés, a Federação Espírito-Umbandista de Minas Gerais, além de grupos de dança afro e grupos de capoeiras. Haviam também a forte presença de sindicalistas e universitários ligados a partidos políticos como o PT, PDT, PMDB, PC do B.

Além da luta contra o racismo que permeou os Movimentos Negros em Belo Horizonte, um outro ponto foi a luta pela preservação e identificação de seu território dentro da cidade. Apesar da exclusão espacial no projeto de construção da cidade, a comunidade negra imprimiu aspectos culturais relevantes que se apresentam em Belo Horizonte. Mesmo com pouca visibilidade em relação aos espaços de memória branca, os espaços de negrura embasaram a manutenção da cultura negra na cidade. Não obstante a importância destes para a comunidade negra, imprimir sua marca no espaço físico da cidade por meio do reconhecimento destes pelos órgãos públicos preservacionistas se apresentou como uma das reivindicações. Na década de 1980 os espaços geográficos começam a ser conquistados em locais que antes só abrigavam elementos ligados à elite branca e católica, como a instalação do monumento dedicado a Iemanjá na Lagoa da Pampulha³⁰. Grande parte de conquistas como estas remeteram ao envolvimento de líderes dos Movimentos Negros com os partidos políticos governantes e a consequente entrada destes em órgãos administrativos públicos.

Em entrevista com Marcos Cardoso, membro do Movimento Negro e coordenador dos tombamentos estudados neste trabalho, percebe-se que a entrada de líderes do Movimento Negro na Secretaria Municipal de Cultura na década de 1980 fez com que o conflito não se configurasse mais apenas entre Estado versus movimentos sociais reivindicatórios, como também conflitos “interburocráticos”³¹: o reconhecimento dos espaços de negrura pelos órgãos oficiais preservacionistas, se deu na dimensão “interburocrática”, ou seja, no interior da Secretaria Municipal de Cultura e o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM).

Atores sociais e o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

Na esteira dos movimentos reivindicatórios urbanos, as políticas preservacionistas na cidade de Belo Horizonte ganharam força com a criação do CDPCM na década de 1980³². No entanto, o caminho preservacionista traçado pela cidade seguiu a trajetória do IPHAN e refletiu as práticas tradicionais da “fase heroica” essencialmente voltadas para o tombamento de monumentos arquitetônicos que remeteram à identidade de uma elite branca e católica.

Apesar das importantes mobilizações sociais da periferia, as demandas focaram em questões mais prioritárias, deixando à margem as reivindicações sobre salvaguarda de bens culturais. Assim sendo, anteriormente à criação do CDPCM as mobilizações sociais em torno da preservação cultural na cidade de Belo Horizonte também foram voltadas para os monumentos consagrados pelas políticas do IPHAN. O

primeiro grito da sociedade em prol da preservação do patrimônio da cidade se deu na década de 1970 contra a ação dos responsáveis pela Igreja São José que derrubaram parte do jardim no entorno da edificação para abrigar um conjunto de lojas. Em resposta à manifestação, o IEPHA/MG tombou a Igreja e seu entorno, bem como outros bens representativos da memória da época da construção da cidade. Em 1983 um outro fator mobiliza novamente a sociedade: a demolição do Cine Metrópole.

De traços *art déco* e datado de 1942, o cinema substituiu o antigo Teatro Municipal de estilo eclético, inaugurado em 1908. Anteriormente tombado pelo IEPHA/MG, a demolição do Cine Metrópole foi realizada para a construção de um edifício contemporâneo. Este fato serviu de estopim para a instituição das políticas de proteção do patrimônio cultural da cidade.³³

Após a mobilização de entidades civis encabeçadas pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil/MG (IAB/MG), o CDPCM foi criado. Os primeiros anos de atuação do conselho trouxeram resultados pontuais para a cidade, porém, com ampliação do Conselho em 1989, mais instituições passaram a participar das decisões do CDPCM, diversificando o debate sobre a salvaguarda de bens culturais na cidade. A partir de 1992 foram realizadas diversas reuniões e vários tombamentos foram efetivados. Neste momento, optou-se pelo tombamento de conjuntos urbanos e não apenas bens isolados, prática até então verificada na cidade. Outro fator inovador foi a política de negociação para a concretização dos tombamentos, conhecida como “negociações urbanas”. Como exemplo tem-se a casa onde morou

Antônio Aleixo, destacado político mineiro. Por se tratar de uma construção localizada em um bairro de alta valorização imobiliária, da edificação estava sendo pleiteado por uma grande construtora. Após a política de “negociações urbanas”, o conselho autorizou a construção em parte do terreno em troca da restauração da casa.

Entre as ações do conselho, as “negociações urbanas” destacaram-se por seu caráter inovador bem como pelo conjunto de questões que levantaram. Elas constituíram um instrumento de diálogo entre os interesses dos proprietários e as políticas do Conselho além de permitirem uma maior flexibilidade nas questões urbanísticas da cidade. O CDPCM contribuiu

para a maior participação da sociedade civil no processo decisório, para ampliar a eficácia da gestão municipal no campo da preservação do patrimônio e, por extensão, para a elevação da qualidade de vida em Belo Horizonte.³⁴

Ao longo do segundo semestre de 2000, a questão preservacionista belo horizontina passou por mais uma alteração, não deixando apenas nas mãos do CDPCM as ações de salvaguarda do patrimônio da cidade.

Com a reeleição do prefeito Célio de Castro pelo PSB, a prefeitura municipal viu-se envolvida em uma intensa discussão em torno de uma ampla reforma administrativa. Objetivando dar maior agilidade à sua burocracia e para descentralizar suas ações, foi desenvolvida uma estrutura que concentrava as decisões mais significativas em torno de cinco “super secretarias”: Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Coordenação Geral; Secretaria Municipal da Coordenação de Administração e Recursos Humanos; Secretaria

Municipal da Coordenação de Finanças; Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental; e Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social. Abaixo das cinco super secretarias continuaram a existir as secretarias tradicionais com pequenas alterações de nomes, fusões ou desdobramentos. As Secretarias Municipais da Coordenação de Gestão Regional por sua vez passaram a contar com gerências que cobriam as diversas áreas das secretarias tradicionais. Desse modo, o cidadão resolveria suas demandas específicas dentro das Secretarias Municipais da Coordenação de Gestão Regional sem necessidade de se deslocar para as secretarias tradicionais.³⁵

Durante as discussões para definir as novas estruturas internas das secretarias, explicitou-se uma contradição latente na política municipal de proteção do patrimônio. Pela proposta inicial da reforma administrativa, o Departamento Municipal de Patrimônio Cultural (DMPC), órgão assessor do CDPCM, seria transformado em Gerência de Patrimônio Histórico e Urbano (GEPHU) ligada à Secretaria Municipal de Regulação Urbana (SMRU), que por sua vez estava ligada à Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental. Entendia-se que a questão do patrimônio dizia respeito basicamente a tombamentos, portanto deveria se ligar a esta secretaria.

Compete à Secretaria Municipal de Regulação Urbana: IV - coordenar a elaboração da política de proteção do patrimônio histórico urbano, articulando-a com a política de estruturação urbana do Município.³⁶

Isso tornaria mais cômodo para os proprietários de imóveis tombados ou atingidos por outras medidas de proteção obterem os esclarecimentos necessários aos seus pleitos. No entanto, a proposta

encontrou reação de setores internos e externos à Prefeitura. Diversas entidades ligadas à questão patrimonial protestaram. Por outro lado, como a Secretaria Municipal de Cultura havia avançado bastante nos trabalhos em torno do patrimônio imaterial, logo surgiu a necessidade de alocar adequadamente essas atividades e os técnicos nelas envolvidos. A solução negociada foi dividir as políticas de proteção em duas dimensões. A GEPHU continuou a pertencer a SMRU, funcionando como órgão assessor do CDPCM e herdando as funções de assessoria ao tombamento de bens imóveis do antigo DMPC. A presidência do conselho se manteve com o secretário de cultura. Na estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, criou-se a Gerência de Valorização e Promoção do Patrimônio e das Identidades Culturais (GEVPI) que passou a responder pelas políticas relativas ao patrimônio intangível e pela área de educação patrimonial.

A Secretaria Municipal de Cultura tem por finalidade coordenar a política cultural do Município, planejando e executando atividades que visem ao desenvolvimento cultural e à preservação e à revitalização de seu patrimônio histórico e artístico.³⁷

No decorrer dos anos de 2001 e 2002, a GEVPI focou principalmente na questão da educação patrimonial, realizando diversas oficinas e seminários gratuitos abertos à comunidade. Na oficina “Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial”, ocorrida em dezembro de 2001, intelectuais ligados a museus, universidades e grupos culturais belo horizontinos foram apresentados às novas diretrizes para a preservação de bens de natureza imaterial pautadas nas discussões realizadas no

“Seminário de Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”, feita em Fortaleza de 10 a 14 de novembro de 1997.

No ano de 2003, a Secretaria de Cultura de Belo Horizonte por meio da GEVPI cunhou uma parceria com o IPHAN para o registro do patrimônio imaterial da cidade através de um projeto de inventariação de tradições negras da cidade. As tradições escolhidas pela GEVPI para participarem do projeto foram: as capoeiras Angola, as Irmandades banto-católicas, os terreiros de Candomblé, os terreiros de Umbanda e as rodas de samba. Em um primeiro momento, a referida gerência realizou o levantamento do número de bens a serem inventariados para posteriormente seguir com o trabalho que culminaria na inscrição dos bens no Livro de Registro do IPHAN. Como contava com um corpo técnico reduzido, as atividades da GEVPI foram lentas num evidente descompasso em relação às atividades de tombamento que continuavam a ser realizadas pela GEPHU.

No ano de 2005 mais uma mudança se imprimiu nas gerências voltadas para a preservação patrimonial na cidade. A GEVPI foi desativada e seus técnicos realocados para outros departamentos da secretaria em questão. A GEPHU continuou envolvida com a revisão dos tombamentos e das medidas de proteção de diversos conjuntos urbanos, ao mesmo tempo em que iniciou os estudos para a definição de outros perímetros de proteção e de outros conjuntos urbanos imprimindo um ritmo de trabalho bastante acelerado a essa dimensão da preservação do patrimônio municipal.

Nesse sentido, a divisão de tarefas imposta na reforma administrativa de 2000 a 2005 – quando uma gerência passou a cuidar do

patrimônio material e outra passou a incumbir-se do imaterial e com a extinção desta última – reforçou a perspectiva tradicional consagrada pela história da preservação patrimonial no Brasil, na qual o tombamento e a proteção do patrimônio de “pedra e cal” dão o contorno das memórias e das identidades nacionais. Além disso, o discurso da construção identitária de Belo Horizonte pareceu ignorar a questão da alteridade. A construção da identidade de um grupo ou, no caso em questão, de uma cidade deve se pautar na pela discussão da identidade/alteridade; do nós/outro; de uma constante negação e afirmação³⁸. A identidade da cidade de Belo Horizonte parece até então ser construída por meio da visão tradicional de uma busca de uma “essência”, de “uma origem” de elementos em comum que se sobressaem sobre as diferenças e as mudanças na tentativa de se manter a unidade.

Uma discussão empreendida por Hall (1996), sobre o conceito de identidade (...) ele parte da contraposição entre duas concepções: a primeira delas é a mais tradicional, que concebe a identidade enquanto a busca das origens, semelhanças, do substrato comum. A identidade se refere à “essência” comum subjacente às muitas diferenças que atravessam um determinado grupo social; é aquilo que, por baixo das diferenças, do movimento, das mudanças, costura e mantém a unidade. Nessa concepção, a identidade está assentada na semelhança, no comum – num núcleo partilhado e unificador. Uma segunda concepção trata a identidade como em processo.³⁹

A postura de tomar elementos representativos da época da construção da cidade e de outros monumentos relevantes de sua arquitetura refletiu uma ideia de manutenção. Construiu-se uma

identidade belo horizontina estática, ignorando a assertiva de que a identidade se faz com base em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados.⁴⁰

Outro ponto a ser destacado, é pensar a identidade como um processo que nunca se completa, pois perguntamos muito mais “o que nos tornamos” ou “o que estamos nos tornando” ao invés de “o que somos”. A identidade está distante da verdade de se basear apenas na equação simplória de resgate da memória de um passado e sim alicerçada em um posicionamento que constantemente elegemos hoje com base nas narrativas ou elementos do passado.⁴¹

A memória não é um fenômeno do passado e sim um fenômeno do tempo presente, sempre atual, que apresenta um elo com o passado. É uma forma de ver o passado no tempo presente assim como a identidade⁴². A memória é dialética, é passível de constantes transformações, é flexível e é influenciada pelas circunstâncias atuais. Mesmo entendendo que os Livros do Tombo são como a disciplina história: um exercício regulador das memórias⁴³, estes não conseguem impedir a apropriação dos espaços tombados pelos moradores da cidade.

A identidade da cidade deve ser construída por meio da diversidade, pelo discurso de identidade/alteridade. Neste último ponto, percebe-se que o “outro” também se mostra como um elemento relevante para a construção do discurso identitário oficial da cidade, ao mesmo tempo que reforçam sua própria identidade.

Esse “outro” que é falado e posicionado por esses discursos [oficiais], que aprende a se ver e se experimentar como outro, que está lá, nos discursos identitários, enquanto outro; essa experiência de ser outro, se ver como outro, desemboca onde? Ao lado

do discurso da identidade, existe o discurso da alteridade? O outro é apenas falado – ou também fala? Se fala, fala onde? Fala como? A sua fala é uma mera repetição dessa imagem apreendida e aprendida como o discurso identitário homogeneizador? Por algum tempo, ou em certa medida, poderíamos dizer que sim (dominantes e dominados afirmam juntos o discurso da identidade, o discurso da dominação). Entretanto, se concordarmos com Hall que o processo identitário está sempre em processo – implica um reposicionamento interminável dos termos, das relações, dos confrontos – seria totalmente equivocado supor que o lugar do outro é da ordem da mera repetição.⁴⁴

Sendo assim, não são apenas os discursos forjados pelos órgãos oficiais de preservação que vão construir a identidade, ou melhor as identidades de Belo Horizonte, e sim as relações sociais no interior do espaço belo horizontino. Em contrapartida, a identidade da comunidade negra da cidade não vai pautar apenas no resgate de um passado escravista e opressor que fora presente no Estado de Minas Gerais, mas também na construção que este negro faz constantemente no espaço belo horizontino. Por meio deste constante construir identitário, o espaço da cidade se modifica.

Os processos identitários são dinâmicas que constroem e reconstroem lugares; em que a construção de um lugar reposiciona cada um dos outros. Se a construção do “nós” constrói o “outro”, o “outro”, quando fala, também reposiciona o “nós”. Trata-se de um jogo instável e interminável, marcado pelos cruzamentos – e pelo imponderável.⁴⁵

A grande questão deste “jogo” está na posição privilegiada, no caso de Belo Horizonte, da elite branca e católica. A cidade imaginada e

traduzida nos Livros do Tombo se assemelha à nação brasileira imaginada, onde há uma parcela da população excluída ou representada de forma negativa ou representada por uma visão paternalista⁴⁶.

As falas do “outro” – dos vários “outros” da sociedade brasileira, tais como o favelado, o índio, o negro – (...) ao cidadão comum, ao homem ordinário, bem como o amplo espectro das populações marginalizadas, resta apenas falar nas franjas, falar nas bordas; uma fala que não só existe e ganha força na sua existência microscopia e pulverizada, como é igualmente construtora do nosso cotidiano e dos processos que fazem de nós uma sociedade.⁴⁷

Em Belo Horizonte o negro representado às margens da sociedade mexeu com a estrutura do jogo de posicionamentos identitários dirigido pelos órgãos oficiais de preservação, provocando uma mudança no direcionamento das políticas preservacionistas no âmbito da PBH. Como dito, na década de 1980 a Secretaria Municipal de Cultura iniciou um trabalho de ampliação da noção de patrimônio e consequentemente começou a trazer para o discurso oficial este outro.

A ampliação da noção de patrimônio, com base no que está instituído pela Constituição de 1988 foi influenciada pela forte articulação dos Movimentos Negros na cidade de Belo Horizonte e pela entrada de membros do movimento na Secretaria de Municipal de Cultura. Somando estes aspectos ao processo de construção da identidade de uma cidade acima discutido, o espaço maior dado a esses movimentos também deveu-se à vitória da chamada Frente BH-Popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, na campanha eleitoral para prefeito de 1992.

O Projeto Tricentenário Zumbi de Palmares

Após a vitória da Frente BH-Popular, a Secretaria Municipal de Cultura promoveu em 1995 o Projeto Tricentenário Zumbi de Palmares. Uma das atividades do projeto foi a realização do Festival de Arte Negra (FAN) com o objetivo de discutir as questões referentes à cultura negra na cidade de Belo Horizonte. O FAN reuniu artistas e estudiosos da África e do Brasil para a realização de shows, oficinas, mostras de artes plásticas e cinema, conferências e seminários. Dentre as atividades destacou-se a eleição de comunidades negras para se tornarem oficialmente Patrimônios Culturais do Município. Por meio do instrumento de tombamento a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e o Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan foram legalmente preservados.

Apesar de ainda bastante limitado, o Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares iniciou uma importante abertura para o reconhecimento pelo poder público dos espaços da negrura por meio do tombamento pelo CDPCM de duas comunidades negras.

Os espaços da senzala, do cortiço, da favela, considerados como resíduos materiais irão incorporar-se ao debate com a abertura política, com a ascensão da democracia e com as formas de participação mais incisivas dos movimentos sociais, ressurgindo a afirmação de que as culturas excluídas dentro da cidade devem impor-se, mesmo marginalizadas, como parte da realidade e da história.⁴⁸

No entanto, é relevante ressaltar que “os espaços “conquistados” para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e

regulados”⁴⁹. Em entrevista com Marcos Cardoso, um dos fatores que ele aponta da não continuidade de tombamentos de espaços de negrura é a falta de representação dos Movimentos Negros dentro do CDPCM. O tombamento do Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá só ocorreu devido à representação do movimento em questão na da Secretaria Municipal de Cultura, se configurando como um debate intraburocrático.

O processo de eleição das comunidades a serem tombadas partiu dos organizadores do Projeto Tricentenário Zumbi de Palmares, de dentro da Secretaria Municipal de Cultura. Este fator não diminui a importância dessa ação patrimonial, mas reforça a afirmativa de Hall da regulação de espaços conquistados pelos subalternos e pode-se arriscar que tal fato se mostra como uma forma de reforçar as identidades da elite branca e católica, por dois motivos. Primeiro remete-se à discussão teórica que a identidade é reforçada pela alteridade. Neste sentido, ao trazer à luz elementos de religiosidade negra, consequentemente a religiosidade católica é reafirmada. E um segundo ponto que não pode ser ignorado é que o Projeto Tricentenário Zumbi de Palmares foi realizado dois anos antes das comemorações do centenário de Belo Horizonte, onde a busca de elementos representativos da identidade da cidade ocupava as discussões na Prefeitura em torno das comemorações em 1997.

Ou seja, mesmo que de uma forma não intencional, ao promover uma discussão de elementos negros e ao tombarem uma irmandade e um terreiro de candomblé próximo às comemorações dos 100 anos de Belo Horizonte, há uma reafirmação dos elementos ligados à

identidade branca. Tal fato pode ser explicado pela eleição em 1997 do símbolo de Belo Horizonte. Dentre os concorrentes nenhum se remetia às comunidades negras marginalizada desde a época da construção da cidade.

Cem anos depois da inauguração da cidade, a história oficial parece estar congelada aos olhos dos órgãos oficiais preservacionistas. No discurso dos técnicos da PBH, o Projeto Tricentenário Zumbi de Palmares foi criado para reconhecer elementos identitários negros da cidade de Belo Horizonte. A escolha de uma comunidade banto-católica se mostrou representativa tanto para a comunidade negra quanto para Minas Gerais, devido a ocorrência de cultos em homenagem a Nossa Senhora do Rosário datarem desde o início da colonização do território do atual estado de Minas Gerais⁵⁰. No processo de tombamento da Irmandade em questão, a justificativa alicerçou nos movimentos sociais que “passaram a reivindicar seu direito à memória e, conseqüentemente, o reconhecimento de marcos históricos que testemunham os espaços de negrura”⁵¹. Já a escolha de um terreiro de candomblé para ser oficialmente preservado refletiu a necessidade de combater o preconceito contra as religiões de raiz afro-brasileira, vendo-as apenas como uma curiosidade e/ou uma manifestação folclórica.

Após a escolha dos bens a serem preservados, foi realizada uma pesquisa para identificar a comunidade banto-católica e a comunidade-terreiro mais antigas da cidade. Por este critério, foram eleitos: a Irmandade de Nossa Senhora do Jatobá que remota do século XIX,⁵² e o Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan, datado de 1964, na época

sob a responsabilidade do Babalorixá Carlos Ribeiro da Silva e hoje regido pelo Babalorixá Sidney Ferreira da Silva.

O processo de tombamento transcorreu sem grandes problemas. Após a realização do inventário por técnicos da Secretaria Municipal de Cultura, no dia 9 de novembro de 1995 foi apresentado ao CDPCM para a apreciação e deliberação o processo de tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá. O parecer, elaborado pela conselheira Thaís Velloso Cougo Pimentel, representante da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH/MG), propôs o tombamento do terreno de propriedade da Irmandade bem como dos bens culturais que pertenciam à Irmandade e foi aceito por unanimidade pelos membros do conselho. Em seguida, na mesma reunião, foi colocado em votação o parecer referente ao Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan que propunha o tombamento do espaço físico do terreiro bem como os bens móveis pertencentes a este, elaborado por Bernardo Novais da Mata Machado, representante do prefeito. Como no caso da Irmandade, todos os conselheiros votaram em prol do tombamento do terreiro em questão.

Chama a atenção a tranquilidade com que foram feitos estes tombamentos, fato este não verificado no tombamento do primeiro terreiro no país: o terreiro Casa Branca em Salvador. Apesar dos pareceres de antropólogos sobre a relevância histórica, social e cultural do terreiro, outros profissionais não concordaram com tal tombamento, pois das características estéticas do terreiro não eram suficientes para considerar o mesmo como monumento nacional. Com a ajuda de intelectuais ligados ao Movimento Negro de Salvador, o tombamento foi

concluído após inúmeras discussões que tiveram reflexo em âmbito nacional⁵³. Após essa primeira experiência, a prática de tombamentos de locais de cultos afro-brasileiros tornou-se mais difundida.

Em Belo Horizonte, a tranquilidade dos tombamentos, deve-se à presença de integrantes do Movimento Negro dentro da Secretaria Municipal de Cultura, como afirma Marcos Cardoso: “[ocorreram os tombamentos] porque nós estávamos lá dentro da secretaria (...) nós fizemos o convencimento dentro da secretaria (...) não é uma posição do movimento [negro], é uma posição do poder público, agora lá dentro que nós fizemos essa discussão”⁵⁴.

Os tombamentos em Belo Horizonte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e do Ilê Wopo Olojukan foram significativos para abarcar a diversidade cultural preconizada pelas novas perspectivas patrimoniais, além de respeitar a sacralização do lugar pelas comunidades. O local se mostra de suma importância para as comunidades em questão. A sacralização do local por uma comunidade-terreiro se inicia quando os Axés que são plantados nos locais escolhidos pelo Orixá que rege a casa. No caso do tombamento do Terreiro Casa Branca, a possibilidade levantada pela prefeitura de Salvador de mudar o terreiro de lugar era vista como uma questão problemática porque o terreno é considerado sagrado pela comunidade.⁵⁵ No Ilê Wopo Olojukan, fato semelhante ocorreu: a Prefeitura de Belo Horizonte estudava a construção de uma nova via de acesso para a cidade de Santa Luzia que passaria sobre o terreiro. A possibilidade de desapropriação foi descartada, pois os Axés foram plantados no local escolhido por Oxóssi; sendo assim, não poderia alterar a localização do terreiro.

Na comunidade banto-católica de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá, a sacralização se dá pelos locais determinados para o levantamento dos mastros nas festividades. O mastro é o ponto energético das festas, o elemento simbólico que liga Maravi (terra) e Indamba (céu), fator de extrema representação para a comunidade, pois por intermédio das bandeiras que são hasteadas, determinam-se as etapas das festas realizadas na Irmandade.⁵⁶

Não obstante a relevância do tombamento, este não preserva o patrimônio imaterial das comunidades. A preservação dos elementos da comunidade negra foi do espaço físico, as manifestações ocorrentes nestes não são oficialmente preservadas por não haver na época um instrumento para tal. Por meio desta experiência, reafirmou-se a importância do instrumento de registro para a identificação das manifestações ocorrentes nestes locais tombados, e este deve ser aplicado lado a lado ao de tombamento para garantir a salvaguarda de elementos significativos da identidade das comunidades.

Considerações Finais

A preservação de bens culturais no Brasil se apresenta como uma questão consolidada e como um importante meio de contribuir para a construção da identidade e memória de nosso país e/ou dar visibilidade a esta memória e identidade. Como destacado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando se salvaguarda um bem cultural este se transforma em um “documento de identidade de uma nação”. Sendo assim, o conjunto de bens tombados por todos os entes federativos constroem

uma representação do Brasil. Neste sentido, uma das formas de valorização e manutenção do patrimônio cultural, o tombamento se mostra como eficiente instrumento para a preservação dos bens móveis e imóveis. Mas como uma nação não é representada apenas por bens de natureza material, a ampliação do conceito de patrimônio preconizado na Constituição de 1988 no sentido de incorporar os bens intangíveis se destaca como um avanço, ainda que tardio, para a construção identitária da nação por meio do patrimônio cultural.

Talvez muito tenha se perdido e/ou foi esquecido de nosso patrimônio imaterial devido à falta de um instrumento legal capaz de registrar tais bens que em grande parte se ligam às comunidades subalternas. Neste sentido, o registro de bens culturais imateriais e a incorporação destes na legislação possibilitam o reconhecimento e registro da contribuição cultural dos diversos grupos formadores de nossa sociedade nos seus aspectos mais subjetivos arraigados no cotidiano das diferentes comunidades e que são transmitidos a cada geração.

Ao retomarmos à questão política da preservação patrimonial, percebe-se além da ampliação do conceito de patrimônio pela Constituição de 1988, a municipalização foi de grande valia. Foram acrescidos deveres e poderes aos municípios que, por conseguinte, ganharam maior autonomia para o tombamento de seus bens. No caso de Belo Horizonte, tal autonomia é exercida por meio do conselho gestor do patrimônio municipal. Mas cabe uma crítica a tal conselho: não obstante a abertura das decisões sobre o patrimônio da cidade à população, esta, no caso do Conselho Deliberativo do Patrimônio

Cultural do Município de Belo Horizonte, se restringe à sociedade civil organizada. Apesar da população poder participar das reuniões, o direito à decisão, por meio de voto, cabe apenas a entidades formadas por intelectuais.

O caso do tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e do terreiro de candomblé Ilê Wopo Olojukan apresentou como uma ação isolada do Projeto Tricentenário Zumbi de Palmares, não havendo uma continuidade na inserção de elementos identitários dos “de fora da Contorno” nos Livros do Tombo municipais. Ressalta-se que tal ação só fora possível pelo fato de integrantes do movimento negro estarem trabalhando na Secretaria de Cultura Municipal de Belo Horizonte apenas durante uma gestão, não sendo funcionários de carreira. Ou seja, o debate para a execução do projeto em homenagem aos trezentos anos de morte de Zumbi e para o consecutivo tombamento da irmandade banto-católica e do terreiro de candomblé mais antigos da cidade se deu na secretaria e não no conselho.

A proposta de continuidade da inserção de elementos negros nas políticas de tombamento se desmanchou à medida que a constante troca de funcionários da Secretaria Municipal de Cultura passou de 1995 até os dias atuais. Hoje, o projeto de levantamento e registro das capoeiras Angola, Irmandades banto-católicas, terreiros de Candomblé, terreiros de Umbanda e rodas de samba continua em passos morosos. Continua-se a necessidade das políticas de patrimônio em Belo Horizonte voltarem-se com mais empenho para estes grupos.

Notas

* Este artigo utiliza as pesquisas desenvolvidas no mestrado em Gestão de Cidades da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

** Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e Professora Titular I do Centro Universitário Newton – Belo Horizonte/MG. ORCID: 0000-0002-7026-9852.

¹ O atual órgão preservacionista federal já apresentou os seguintes nomes:

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1937 a 1946.

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1946 a 1970.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1970 a 1979.

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1979 a 1990.

IBCP – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural de 1990 a 1994.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1994.

² Para os estudos de salvaguarda na década de 1920 no Brasil, consultar PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo, FAU-USP, 2005. (Livro docência)

³ Sobre a questão dos intelectuais brasileiros ver MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁴ FONSECA, M. C. **O Patrimônio em processo** - trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN. 1997.

⁵ ANDRADE, Mário Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Mário de Andrade. N°30. 2002.

⁶ PESSÔA, José (org.). **Lucio Costa**: Documentos de trabalho. Rio de Janeiro, Iphan/Minc, 1999, p. 87.

⁷ Os Livros do Tombo são: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; das Belas-Artes; e das Artes Aplicadas.

⁸ Para uma perspectiva historiográfica do termo ver THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

⁹ BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** – 05 de outubro de 1988. São Paulo: Mizuno. 2000 art. 216

¹⁰ É relevante ressaltar que estas áreas delimitadas como anéis pela av. do Contorno não foram executadas totalmente na construção da cidade.

¹¹ SALGEIRO, H. O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, A. (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp. 1982.

¹² LEN VEM, M. **As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte** (1893-1914). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação de Mestrado. 1977. p. 29.

¹³ MONTE-MÓR, R. L. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, R. L. **Belo Horizonte** – Espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH. 1994., p.15

¹⁴ JULIÃO, L. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna. In.: DUTRA, E. (Org.) **BH: Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: C/Arte. 1996. p.50

¹⁵ Importante destacar que poucas décadas depois o governo federal irá privilegiar exatamente esta antiga ordem como ponto principal para a construção de uma memória oficial pautada, como dito anteriormente, na “origem” da cultura brasileira por meio do barroco colonial.

¹⁶ JULIÃO, 1996, op. cit. p. 58.

¹⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de Cultura. **Processo de tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá**. nº 010869309568. Belo Horizonte. 1995a., p.11

¹⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de Cultura Inventário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá. Belo Horizonte. 1995b. e PBH, 1995c op cit

¹⁹ PBH, 1995b op. cit. e PBH, 1995a op. cit.

²⁰ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. 1990. p. 9-10

²¹ Sobre A Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) existiu em Belo Horizonte entre 1959 e 1964, ver OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964) *Mundos do Trabalho* v. 4, nº.7, p. 100-120, jan./jun. 2012.

²² SOMARRIBA, M. das M.; VALADARES, M. G.; AFONSO, M. **Lutas urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis: Vozes. 1984. p.49

²³ POMPERMAYER, M.J. **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perceptiva**. Belo Horizonte: UFMG. 1987.

²⁴ LÉFEBVRE, H. **O direito à cidade** São Paulo: Centauro. 2001.

²⁵ SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984, op cit p. 50.

²⁶ CARDOSO, M. A. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza Edições. 2002, p. 17.

Marcos Cardoso, autor deste livro, é representante do Movimento Negro em Belo Horizonte e foi o coordenador do Projeto Tricentenário Zumbi de Palmares e dos inventários das comunidades negras tombadas.

²⁷ CARDOSO, 2002, op. cit. p. 21.

²⁸ HALL, S. **Da diáspora** – Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESO. 2003.

²⁹ PINHO, O. **O sol da liberdade: movimento negro e a crítica das representações raciais**. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/negros/15.shtml>. Acesso em 20/02/2017. p. 2.

³⁰ Em 21 de outubro de 1982 foi inaugurado o monumento a Iemanjá na Lagoa da Pampulha. Nesta está localizado o conjunto arquitetônico modernista projetado por Oscar Niemeyer e trata-se de um dos mais importantes pontos turísticos da capital.

³¹ CHUVA, M. **A invenção do Patrimônio** – continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN. 1995.

³² O CDPCM foi criado através da Lei Municipal 3.802, de 6 de julho de 1984.

-
- ³³ CASTRIOTA, Leonardo Alternativas Contemporâneas para Políticas de Preservação. **Topos: Revista de Arquitetura e Urbanismo**. v.1, n°.1. (jan/jun). Belo Horizonte: NPGAU, 1999.
- ³⁴ CUNHA, F., Patrimônio cultural e gestão democrática em Belo Horizonte. **Varia História** n. 18, set. 1997. p. 96.
- ³⁵ LEI MUNICIPAL n° 8.146, de 29 de dezembro de 2000.
- ³⁶ LEI MUNICIPAL n° 8.146, de 29 de dezembro de 2000, art. 44, inciso IV.
- ³⁷ Lei MUNICIPAL n° 8.146, de 29 de dezembro de 2000, art. 56.
- ³⁸ HALL, S. Identidade Cultura e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cidadania**. n. 24. 1996 e DA MATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco. 1999.
- ³⁹ FRANÇA, V. R. “Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro” In.: FRANÇA, Vera Regina Veiga (Org.). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte: Autêntica. 2002. p. 27.
- ⁴⁰ CASTELLS, M. **O poder da identidade** v. 2, 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- ⁴¹ HALL, 1996 op. cit.
- ⁴² POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. v. 05, n. 10: 05-15. Rio de Janeiro. 1988.
- ⁴³ LE GOFF, J. Memória e História In: **Enciclopédia Eianudi**. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1984.
- ⁴⁴ FRANÇA, 2002, op. cit. p. 29.
- ⁴⁵ FRANÇA, 2002, op. cit. pp. 29-30.
- ⁴⁶ CARVALHO, 2004.
- ⁴⁷ FRANÇA, 2002, op. cit. pp. 41-42.
- ⁴⁸ AZEVEDO, N.; BOTELHO, T. Gestão participativa e política de patrimônio no município de Belo Horizonte: realidade ou mito? **Ciências Sociais. Unisinos**. n. 41. janeiro/abril, p. 43-52. 2005. p. 3.
- ⁴⁹ HALL, 2003, op. cit. p. 339.
- ⁵⁰ PBH, 1995a op. cit.
- ⁵¹ PBH, 1995a, op. cit. p. 5.
- ⁵² PBH, 1995b op. cit.
- ⁵³ GONÇALVES, J. R. **A Retórica da Perda** – os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ. 1996.
- ⁵⁴ Marcos Cardoso. Wanessa Lott 11/2005.
- ⁵⁵ GONÇALVES, 1996 op. cit.
- ⁵⁶ PBH, 1995a op. cit.